Revista do

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Fundado em 1894, reconhecido de utilidade pública pela Lei n. 11 de 13 de agosto de 1895

Maxima sunt documenta equidem res temporis acti in praesens validusque in veniens stimulus





N.º 82 1958-1960

As primeiras Igrejas, as Casas dos Jesuitas, o Muro e as Portas Setentrionais da Cidade de Tomé da Souza

Frederico G. Edelweiss

Nove anos já nos separam das inesquecíveis comemorações do quarto centenário da fundação da Cidade e do estabelecimento do primeiro govêrno geral do Brasil.

Do programa delas a Comissão fêz constar, aliás não por unanimidade, o assinalamento, por placas de bronze, dos limites norte e sul do perímetro inicial da Cidade Alta, já que o comprido pântano então existente na baixada a leste e o despenhadeiro para o mar a oeste eliminam quaisquer dúvidas nessas direções.

Uma dessas placas foi colocada no edifício das Secretarias de Agricultura e Viação e a outra no da Biblioteca Pública, de acôrdo com as indicações deixadas por Teodoro Sampaio. (a)

Porém, a despeito da grande autoridade que todos reconhecem a êsse nosso antigo presidente, não tardou que se não levantassem objeções ao local atribuído à porta setentrional, que todos sempre figuraram além do Terreiro.

Saiu em campo, defendendo o ponto de vista vitorioso da Comissão, o nosso incansável confrade Alberto Silva, sem que lograsse persuadir todos os recalcitrantes. Nem tal seria possível em colaboração leve de jornal, quando se trata de dissipar dúvidas, não com provas convincentes à primeira vista, que no caso não existem. mas através de laboriosa argumentação.

---

a — **História da Fundação da Cidade do Salvador**; Bahia, 1949; capítulo 7; pp. 183 — 198.

Infelizmente, a doença e a morte prematura impediram Alberto Silva de reforçar a opinião de Teodoro Sampaio com elementos novos e de maior pêso.

Entretanto, como a colocação dos referidos marcos implique até certo ponto responsabilidade do nosso Instituto, oferecemo-nos para reexaminar o assunto, trazer as conclusões aos nossos prezados confrades e com êles proceder a uma apreciação conjunta.

O resultado, ainda que interessante sob certos aspectos, foi necessàriamente pequeno, como sói acontecer em tais questiúnculas, e não corresponde, de modo algum, ao trabalho exaustivo que essas tarefas exigem do investigador.

A localização do muro e da porta de Santa Catarina, que fechavam a Cidade inicial ao norte, requer o estudo meticuloso e comparativo da documentação existente, não apenas da sua construção em si, mas, e principalmente, como veremos, da feitura das primeiras igrejas e do colégio dos jesuítas.

Comecemos pelas igrejas.

Poucos capítulos da história da nossa Cidade se apresentam mais emaranhados através da parca documentação coeva do que o das primeiras igrejas. O que se vem fazendo de há muitos anos é repetir Simão de Vasconcelos (1) e o Santuário Mariano (2) no que diz respeito à igreja da Ajuda, supostamente a primeira capela da cidade nova, segundo êles.

Procuraremos a seguir, e à mão de fontes mais antigas, estabelecer pelo menos alguma ordem cronológica na construção dos nossos templos levantados ou começados no govêrno de Tomé de Sousa.

Pensamos ter provado em nosso opúsculo sôbre a data da fundação da Cidade do Salvador, (3) através de afirmativas insofismáveis do P. Nóbrega, de Gabriel Soares e de Francisco de Andrada, que foi curtíssima, de poucos dias, a demora de Tomé de Sousa na Vila Velha e que tôda a frota se passou logo para o lugar da futura Ribeira das Naus, servindo de agasalho a todos, enquanto o não houve em terra. Ali, na estreita praia, ao sopé da montanha, começaram a levantar as primeiras palhoças.

---

1 — **Crônica da Companhia de Jesus etc**. Livro I. § 46 e 47.

2 — Tomo IV, Título III.

3 — **"29 de Março — Data Simbólica da Fundação da Cidade do Salvador"**; Diretoria do Arquivo Municipal. Bahia, Março — 1952.

Quais foram elas? Sabemo-lo com relativas minúcias. Um armazem, uns abrigos para trabalhadores e soldados, que foram os primeiros a ficar em terra, e, antes de tudo, uma capela,

> "a primeira casa de oração e obra em que se Tomé de Sousa ocupou". (4)

A Cidade estendeu-se de baixo para cima. As construções começaram na Ribeira das Naus e, assim sendo, é a essa capela da Conceição que Nóbrega deve referir-se, quando diz:

> "Eu prego ao governador e à sua gente na nova cidade que se começa", (5)

porque essas exortações deviam fazer-se de manhã ao saltar o pessoal dos navios e antes de tomar cada qual a sua direção, consoante a tarefa específica, ou à tardinha, ao voltarem todos à praia e aos navios.

Não se quer com isso negar a escolha de um lugar para outra igreja na Cidade Alta. A sua construção torna-se inadiável, quando o escol dos moradores começa a ter aí as suas casas. Seriam relativamente poucos. A marinharia, é compreensível, havia de ficar nos navios; os artífices fixaram-se na praia, junto ao armazém; ali existia também a ferraria e uma dobadoura multifária devia animar a **Ribeira do Gois**.

Essa **povoação da praia**, a que freqüentemente aludem os **Documentos Históricos**, durante muitos meses devia dar certo relêvo à capelinha da Conceição da Praia, ainda mesmo já havendo outra no alto da montanha. Não é opinião nossa ou simples conjetura. Di-lo o próprio governador, ainda um ano depois, em 21 de maio de 1550, passando um mandado para que se fizessem dois frontais de oito varas de ruão e se fornecessem três côvados de torresilha e um pano para tumba dos finados **à igreja da Conceição e igreja principal desta Cidade do Salvador.** (6)

E qual era a outra? Sem dúvida a que existia no lugar da Ajuda, pois outra não houve dentro da primitiva Cidade Alta, a sé provisória, a Sé de Palha.

---

4 — **Gabriel Soares de Sousa — Notícia do Brasil**; II Parte: cap. XII.

5 — **Nóbrega, P. Manoel da —**; **Cartas do Brasil**; p. 72

6 — **Documentos Históricos**; vol. 37, p. 168.

Gabriel Soares assim a ela se refere:

> "Tornados à praça, (hoje de Tomé de Sousa) pondo o rosto no sul, corre outra rua muito formosa, povoada de moradores, no cabo da qual está uma ermida de Santa Luzia, onde está uma estância com artilharia. E ao longo desta rua lhe fica outra muito bem assentada, também tôda povoada de lojas de mercadores; e no tôpo dela está uma formosa igreja de Nossa Senhora da Ajuda com sua capela de abóbada; **no qual sítio**, no princípio desta cidade, **esteve a sé**." (7)

Muito de propósito citamos o depoimento de Gabriel Soares em primeiro lugar, porque êle esclarece outro anterior, do P. Nóbrega, muito citado e quase sempre mal compreendido.

Diz Nóbrega em sua carta de 9 de Agôsto de 1549:

> "Eu trabalhei por escolher um bom lugar para o nosso colégio **dentro na cêrca** e sòmente achei um, que lá vai por mostra à sua Alteza, o qual tem muitos inconvenientes, porque **fica muito junto da sé** e duas igrejas juntas não é bom; e é pequeno, porque onde se há de fazer a casa **não tem mais que dez braças**, pôsto que tenha ao comprido da costa **quarenta**; e não tem onde se possa fazer horta, nem outra cousa, por ser tudo costa muito íngreme e com muita sujeição à cidade." (8)

Deixemo-nos ficar por aqui para algumas considerações em tôrno a certas minudências valiosas contidas nas linhas que acabamos de citar.

Dentro da cêrca da Cidade Nóbrega só achou um terreno que em último caso, poderia servir para construir o colégio. Dos muitos inconvenientes da sua localização cita:

1.º Fica muito perto da sé.

2.º Só tem dez braças de frente.

3.º O fundo do terreno é inútil por ser todo êle muito íngreme.

---

7 — **Notícia do Brasil**; Segunda Parte, cap. 11.

8 — **Cartas do Brasil**; p. 83.

Que sé seria esta, referida a 9 de agôsto de 1549, quatro meses após a chegada da frota? Evidentemente a sé primitiva, a sé que Gabriel Soares diz ter existido **no sítio** da igreja de Nossa Senhora da Ajuda. Não pode a respeito haver a mínima dúvida, porque naquela data ninguém cogitava de outra e muito menos da sua localização, como veremos daqui a pouco.

E qual era o orago dessa primitiva sé? Salvador? Nossa Senhora da Ajuda?

A primeira sé, a que, segundo Gabriel Soares precedeu, no mesmo local, a igreja da Ajuda, teve a invocação **do Salvador**. Sabemo-lo por uma afirmativa de D. João III na carta de apresentação do primeiro bispo, do mestre Pedro Fernandes, a 4 de dezembro de 1551, onde vem êste trecho:

> "... outrossim supliquei ao Santo Padre Júlio III que exprimisse e tirasse do bispado de Funchal das Ilhas da Madeira a dita jurisdição, que dantes tinha nas ditas terras e partes do Brasil e que criasse e levantasse em igreja episcopal e catedral a **igreja do Salvador,** da Cidade do Salvador, da capitania da Bahia de Todos os Santos, e lhe desse por diocese e bispado cinqüenta léguas de terra ao longo da costa do mar e vinte léguas para dentro da dita capitania e sertão..." (9)

Em que pese a afirmativa em contrário de Serafim Leite, (10) a igreja do Salvador, a sé provisória e primitiva foi assim a segunda igreja da Cidade do Salvador, erigida pouco depois da capela da Conceição, quando, acabada a cêrca, parte dos povoadores foi deixando os navios, instalando-se no alto da montanha.

Em contraposição, o nome de **Ajuda** não aparece nos primeiros anos de existência da Cidade. Por que? Simplesmente porque a igreja da Ajuda ainda não existia. Só havia uma igreja dentro da cêrca da Cidade Alta — a sé, a Sé de Palha, de invocação do Salvador, no testemunho de D. João III. Mais tarde, com a transferência dela para o templo nôvo, levantaram, no lugar da primitiva, a igreja da Ajuda. Não é possível interpretar diversamente o registro de Gabriel Soares de que,

> "no princípio da Cidade, no sítio da igreja da Ajuda esteve a sé." (11)

---

9 — **Documentos Históricos** — Vol. 35, p. 121.

10 — **História da Companhia de Jesus no Brasil**; Vol. I, pp. 22-24.

11 — **Notícia do Brasil**; Parte II. Cap. XI.

Portanto, só houve igreja da Ajuda, quando a Sé de Palha, a primeira sé do Salvador, deixou de existir.

Nos outros inconvenientes achados por Nóbrega à localização da primeira casa dos jesuítas avulta o de só lhe terem dado um lote com dez braças de frente, onde mal se podia fazer uma construção, porque de nada servia a maior parte das quarenta braças de fundo num precipício para o mar.

Essas novas indicações permitem localizar, com relativa exatidão, a primeira morada soteropolitana dos jesuítas. Devia o terreno ficar na atual Rua Chile, do lugar onde hoje se ergue o edifício da Companhia de Seguros "Sul América" em direção à encosta e por ela abaixo. A rua primitiva era bem mais estreita e o seu traçado inicial não oferecia maiores dificuldades à construção de habitações leves, mesmo à orla da ribanceira que deita para a praia. Se pudesse haver dúvidas quanto ao sítio da primeira residência dos jesuítas, essas **dez braças** com os fundos pelo despenhadeiro e a **muita sujeição à Cidade**, de que Nóbrega se lastima, seriam de molde a dissipá-las de per si.

Ainda assim houve quem de logo discordasse em três pontos da nossa maneira de entender as palavras do P. Nóbrega (11A) acima transcritas, alegando:

I ser inadmissível a suposição de que os jesuítas aceitassem um terreno atravessado por uma rua;

II que seria muito mais natural dar à expressão: "tendo ao comprido da costa quarenta" a interpretação de: "tendo de comprimento no sentido da costa quarenta";

III que não se tratava do local próximo à Sé de Palha, mas de outro junto à sé definitiva.

Nada mais fácil do que destruir estas frágeis hipóteses, que têm as suas raízes em lições hauridas desde a infância, embora sejam, por comprensível amor às velhas convicções, difíceis de extirpar.

Quanto à primeira objeção, só a pode fazer quem não leu com atenção as cartas de Nóbrega. Diversos passos delas demonstram que a tendência era justamente de separar os meninos não apenas em ala diferente, mas em casa e até em sítio apartado. (11 B) Na própria carta da citação controversa há êste trecho bem expressivo:

---

11 A — **Opera Omnia**; p. 36.

11 B — **Ibidem**; pp. 37, 210, 363, 364—365.

> "... os que hão de estar no colégio hão de ser os filhos de todo êste gentio, que nós não temos necessidade de casa..." (11 C)

Outro temos na carta de 2 de Setembro de 1557:

> "... e por isso o melhor seria dar-lhes (aos moços) êste sítio e a nós fazerem-nos um pobre **agasalho da** banda de fora do muro..." (11 D)

Nenhuma consistência têm, por sua vez, a segunda e a terceira objeções.

A segunda não cabe a nenhuma das duas sés. Um terreno de 88 metros ao longo da orla superior da montanha, mesmo que da largura de 22 metros grande parte descesse pela encosta, não era, de modo algum, um terreno pequeno, como o qualifica o P. Nóbrega. Por outro lado, tirando dos 22 metros o que descambava pela encosta, o restante não iria até **muito junto da Sé de Palha**, segundo Nóbrega afirma. Finalmente, num perímetro tão reduzido quanto era o da primitiva cidade, não podiam tocar aos jesuítas 88 metros dos escassos 300 que mede a ourela da montanha entre o Largo do Teatro e a Biblioteca Pública.

Tão pouco se aplica a interpretação sugerida ao terreno confinante com a sé definitiva, que, oito anos mais tarde os jesuítas ocupavam. Nenhuma indicação temos de que êsse tombasse pela encosta e sabemos com certeza que os 88 metros ao longo da montanha nem de longe caberiam entre a sé e o muro norte documentado em 1557, ainda que se o quizesse tomar como limite inicial daquele lado da Cidade. E, em hipótese alguma, êsse trecho ficaria, em 1549, **com muita sujeição à Cidade**, de que Nóbrega se queixa.

Portanto, a única interpretação aceitável do passo de Nóbrega é que o seu lote tinha dez braças de comprimento, ou em quadra, no alto da montanha, e mais trinta braças por ela abaixo. A parte plana, mesmo quadrada, seria de fato pequena para igreja, residência dos padres e colégio. Do comprimento restante do total de quarenta braças, que teria por limite a Ladeira da Conceição, nada ou pouco se podia aproveitar, por ser muito escarpado e devassado.

Essa maneira de entender parece tanto mais razoável, quanto não nos consta que **ao comprido** tenha sido sinônimo de **ao longo**.

---

11 C — **Ibidem**; p. 37.

11 D — **Idem, ibidem**; pp. 264—265.

E quando se deu início à sé definitiva na atual praça do mesmo nome?

Só no segundo semestre de 1552, **mais de três anos após a carta de Nóbrega acima referida!**

D. João III devia conhecer a pobreza e a precariedade da capela que êle pedia ao papa fôsse erigida pomposamente em igreja episcopal e catedral da Cidade do Salvador (12) tanto assim que, decorridos poucos dias do pedido, escreve também a Tomé de Sousa, ponderando que, indo agora o bispo D. Pedro residir em seu bispado, esperava que fôsse bem recebido, convenientemente acomodado e que se dessem tôdas as ordens para a presteza da obra da sé. (13)

Estas últimas palavras devem reportar-se a combinações anteriores, talvez com o próprio bispo. O fato é que, a despeito dessa recomendação, Tomé de Sousa preferiu adiar o comêço da sé até depois da vinda de D. Pedro Fernandes, ou, o que é mais provável, até receber bem recebido, convenientemente acomodado e que dessem tôdas as ordens para a presteza da obra da sé. (13A)

Chegado o bispo, em 22 de junho de 1552, não tardaria êle a reconhecer a insuficiência, tanto da igrejinha-sé, quanto do local. Demais, morando uns dias com os jesuítas, (13 B) não deixaria de sofrer-lhes as injunções e, dentre elas, a de que a Cidade haveria de estender-se forçosamente para o norte e que, portanto, era nessa direção que se devia escolher o sítio para a sé. Seja por êsse motivo, ou por ali o chão estar devoluto, o fato é que a sé foi atrás dos jesuítas, deixando o aglomerado da Cidade. Mais do que isso; transpôs a cêrca primitiva, porque, se a área da atual Praça da Sé estivesse dentro dos muros da Cidade, o problema espacial dos jesuítas estaria resolvido desde 1549; êles certamente a requisitariam logo à fundação da Cidade, quando ninguém ainda cogitava da construção de outra sé, principalmente num local afastado do centro e de acesso ainda difícil, por achar-se profundo fôsso natural entre o sítio da Biblioteca Pública e o da Casa da Santa Misericórdia, em direção à Rua Dr. Seabra, hoje ocupado pela Rua do Tijolo.

Há outro indício a favor da hipótese de haverem as obras da sé começado extramuros. Examinemo-lo.

---

12 — **Documentos Históricos**; vol. 35. p. 121.

13 — **Ibidem**; p. 152.

13 A — **História da Colonização Portuguêsa do Brasil**; vol. III, p. 362.

13 B — **Nóbrega, P. Manoel da —; Cartas do Brasil** etc. p. 120.

A primeira referência que temos à sua construção data de 5 de setembro de 1552, decorridos dois meses e meio da chegada do bispo. Nesse dia mandou-se pagar a Pedro de Carvalhais, pedreiro, 9$380 devidos de quarenta e nove braças e meia de alicerces, que abriu para a sé... medidas por Luís Dias, mestre das ditas obras. (14)

Por êstes e outros mandados posteriores vemos que Pedro de Carvalhais havia tomado de empreitada as obras da sé numa época em que, sem o saber, já fôra nomeado mestre geral das obras da Cidade, (15) em substituição a Luís Dias, que, velho e doente, solicitara ao rei licença mente. São apenas conjecturas e não queremos erigir em argumen-obras da sé, mandou-se emprestar, em 31 de outubro de 1552, dois meios-berços de metal, seis câmaras e duas dúzias de pelouros, mediante fiança. (15 A)

Para que tais armas de defesa?

Só se pode aí tratar de uma precaução contra possíveis ataques dos índios. Se, porém, o terreno da sé estava exposto ao ponto de carecer de armamento próprio, é claro que ficava fora dos muros e ainda a certa distância dos baluartes que os protegiam.

Mas, não parece um tanto estranho admitir uma construção tão importante fora dos muros da Cidade?

Não há dúvida que o fato é singular. Entretanto, temos que levar em conta diversos elementos que devem ter influído na escolha: a exigüidade do recinto inicial da Cidade, admitida tàcitamente por Luís Dias; (15B) a idéia de o alargar para o norte; o tempo necessàriamente dilatado da feitura e, quem sabe, as exigências e o gênio forte do bispo, a quem a pobreza e a arrumação acanhada devia desagradar profundamente. São apenas conjecturas e não s queremos eriger em argumentos. Uma cousa, porém, é certa: gastaram-se muitos anos em sua construção. Nóbrega, em sua carta de 2 de setembro de 1557, ainda diz que a sé estava por fazer, sem entrar em pormenores. (16)

O terceiro governador-geral, Mem de Sá, chegado à Bahia nos últimos dias de 1557, afirma no seu Instrumento de Serviços (17) que fêz a sé de pedra e cal. A segunda testemunha juramentada dessa

---

14 — **Documentos Históricos**; vol. 38, p. 78.

15 — **História da Colonização Portuguêsa do Brasil**; vol. III. p. 364.

15 A — **Documentos Históricos**; vol. 38, p. 92.

15 B — Veja o texto correspondente à nota 48.

16 — **Cartas do Brasil**; Lisboa, 1955; p. 263. (**Opera Omnia**).

17 — **Anais da Biblioteca Nacional**; vol. 27, pp. 129—136.

declaração, Heitor Antunes, cavaleiro da casa del-rei, reduz o décimo serviço alegado por Mem de Sá e que, pelo exposto, sabemos exagerado, às suas verdadeiras proporções. Declara êle com todos os visos de verdade:

"Ao tempo em que o dito governador viera a esta Cidade, estava a sé dela com as capelas sòmente feitas e telhadas e que um pedaço do ar da dita igreja estava coberto de palha e com esteios de pau, e, que sabe que depois o dito governador fizera e mandara fazer o corpo da igreja de pedra e cal com as suas naves e muito acabada, com grandura da melhor igreja paroquial que há em Lisboa, tirando a sé e mosteiros...". (18)

Em 1570, data do Instrumento, com certeza, mas provàvelmente alguns anos antes, estava pois terminada a nave da sé começada por Tomé de Sousa. Já então os muros da Cidade haviam desaparecido. Gabriel Soares de Sousa, que se deixou ficar na Bahia, em 1569, ao arribar aqui Francisco Barreto, confessa em seu Tratado que não havia então memória onde êles estiveram, (19) insinuando que êle também já não os encontrou.

Havia-se dado o que Nóbrega previra com os seus companheiros, quando, a 9 de agôsto de 1549, depois de examinar a localização da primeira sé e do mui reduzido espaço concedido aos jesuítas, acrescentou:

> "E, portanto, a todos nós parece muito melhor um teso que está **logo além da cêrca, para a parte donde se há de estender a Cidade**, de maneira que antes de muitos anos podemos ficar no meio..." (20)

Estando destarte fixado o tempo da construção do corpo da segunda sé do Salvador entre 1552 e 1570 e demonstrado que, no fim dessa época, já não havia lembrança da posição dos muros de Tomé de Sousa, abandonemos um pouco a sé e volvamos a nossa atenção às achegas que, para a localização inicial do muro e da porta setentrionais da Cidade, nos fornece a construção do colégio dos jesuítas, porém, não sem antecipadamente estranharmos a insistência de alguns críticos que, sem atentarem a tôda uma série de fatôres que contrariam frontalmente a sua opinião, teimam em desde logo transferir a porta

---

18 — **Ibidem**, p. 146.

19 — **Notícia do Brasil**; II parte, cap. 7.

20 — **Cartas do Brasil**; p. 83.

de Santa Catarina ao Largo do Pelourinho, só porque, no fim do século, D. Francisco de Sousa por ali fêz passar as suas novas defesas, quando haviam **decuplicado** os moradores urbanos.

Infelizmente, as missivas jesuíticas, tão informativas em certos pontos, no que diz respeito ao sítio ou aos sítios das suas próprias moradas e do seu colégio, são muito lacunosas e confusas, pelo grande número das que se perderam em naufrágios e acidentes outros.

As mais importantes delas, no que tange ao limite norte da primitiva Cidade, são as de 9 de agôsto de 1549 e 2 de setembro de 1557, ambas escritas pelo P. Nóbrega. Algumas mais, tanto do P. Nóbrega como de outros jesuítas, esclarecem ou confirmam certos pormenores valiosos.

Na primeira dessas cartas, depois de referir-se ao apêrto junto à chamada Sé de Palha, conforme o trecho transcrito acima, Nóbrega continua:

> "E, portanto, (para colégio) a todos nós parece muito melhor **um teso que está logo além da cêrca**, para a parte donde se há de estender a Cidade, de maneira que antes de muitos anos podemos ficar no meio ou pouco menos da gente; e **está logo aí** uma aldeia perto, onde nós começamos a batizar, **em a qual já temos a nossa habitação.** Está sôbre o mar (o dito teso), tem água ao redor do (futuro) colégio e dentro (da área) dêle tem muito lugar para hortas e pomares; **é perto dos cristãos, assim velhos como novos.** — Sòmente me põe um inconveniente o governador: **não ficar dentro na Cidade** e pode haver guerra com o gentio, o que me parece que não convence, porque os que hão de estar no colégio hão de ser os filhos de todo êste gentio, que **nós não temos necessidade de casa** e, pôsto que haja guerra, não lhes pode fazer mal..." (21)

E Nóbrega continua enfileirando argumentos em favor da sua opinião, mostrando as dificuldades da construção para finalmente arrematar:

> "É grande esta obra e de pouco custo nós, vindo agora o vigário, nos passamos para lá, por causa dos convertidos, onde estaremos, Vicente Rodrigues e

21 — **Ibidem**; pp. 36 e 37.

Que casa era essa, cercada de taipa mui forte? **A cêrca de taipa mui forte** não insinua a sua condição extramural?

Em julho de 1533, Duarte da Costa, apenas chegado, comprou a Luís Dias umas casas para os órfãos. (31) Onde ficavam elas? Mui provàvelmente dentro dos muros.

Outras dúvidas ainda surgem.

A igreja e a casa de recolhimento para irmãos e padres, que ao P. Antônio Pires recomendou Nóbrega antes de embarcar para São Vicente a 1.° de novembro de 1549, e das quais se concluía a igreja em março de 1550, serão as mesmas em que Vicente Rodrigues e Simão Gonçalves ensinavam os índios, conforme vimos acima? (32)

Mais fácil é localizar essoutra a que Nóbrega se refere, quando diz que

> "O P. Antônio Pires está na Cidade **em outra casa nossa** e tem a seu cuidado o ensino da doutrina cristã e os pobres dos hospitais." (32)

Deve tratar-se da primitiva morada próxima da Sé de Palha.

Entretanto, se, por falta de dados, a localização das residências permanece duvidosa, o recolhimento dos meninos continua. Os jesuítas apertaram-se, mas acharam meios para alojar em suas casas, dentro da Cidade, não só os meninos índios que lhes davam, mas também um número limitado dos órfãos que vinham de Portugal.

É a êsse recolhimento ou colégio anexo à residência dos jesuítas, dentro da Cidade, que se reportam as cartas jesuíticas até algum tempo depois da vinda de Mem de Sá. Quer isso dizer que, por melhores fôssem as intenções dos seus fundadores, o colégio, na sua primeira fase, até à reforma de 1557, e mesmo até certa altura do govêrno de Mem de Sá, não teve desenvolvimento constante ou apreciável, por motivos vários: o sustento dos meninos, ainda depois da concessão da sesmaria de Água de Meninos, por Tomé de Sousa, em 21 de outubro de 1550, (33) era muito absorvente; pareciam invencíveis a inconstância, a suscetibilidade e aversão à disciplina do índio; seguiram-se as desavenças e

---

31 —. **Documentos Históricos**; vol. 14. p. 359.

32 — **Nóbrega, P. Manuel da** —; **Opera Omnia**; p. 71.

33 — **Leite, P. Serafim** —; **História da Comp. de Jesus**; vol. I. p. 151.

depois as lutas abertas entre portuguêses e aldeias indígenas mais chegadas à Capital; além disso, Nóbrega, desgostoso e com as idéias voltadas para os carijós, abandonou a Bahia, de 1553 a 1556.

Ainda em 1558 (34) êle próprio confessa não haver um único índio no colégio; a maioria fugira para as suas aldeias.

Nada exigia, assim, depois dos primeiros entusiasmos, a transferência imediata do colégio para o lugar definitivo, a despeito da exigüidade de espaço.

Mais tarde, em 1557, Nóbrega, então possuído de nôvo impulso, volta a lastimar-se:

> "... as casas que temos não lhes vemos maneira para nós e os moços estarmos nelas apartados, salvo se **rompermos o muro** da Cidade e fizermos algumas casas **da banda de fora, no sítio que para o colégio está deputado**. E para isto não temos possibilidade para as fazer, nem sei se nos darão licença para **romper o muro** " (35)

Reparemos que, neste trecho, já não se fala em transferência para **um teso logo além da cêrca,** mas simplesmente em **romper os muros** e fazer casas **da banda de fora**.

Em 1557, portanto, o estabelecimento inaciano se comprimia contra os muros. Em que ponto? É o que vamos ver.

Uma indicação está no próprio texto citado:

> **"no sítio que para o colégio está deputado"**.

Mas, temos outros dados preciosos na mesma carta; ouçamo-los:

> "Uma igreja temos principiado há três ou quatro anos e... não se acabou, o que é causa de têrmos pouco encerramento, pois é necessário fazermos igreja do que se fêz para dormitório e, desta maneira, estamos muito devassos e apertados, como já disse. Determinamos cobrí-la como quer, porque esperamos ao diante não haver de servir de igreja por algumas razões:

34 — **Opera Omnia**; p. 283.

35 — **Ibidem**; p. 263.

Uma é porque a nossa possibilidade, como digo, não nos deixa fazê-la como convém para igreja; a outra é que esta casa está tão pegada com a sé, que, por manso que falem, se ouve em uma igreja o que se faz em outra. E, portanto, nos parece bem que se faça **da outra banda dêste sítio em que estamos,** por estar mais afastado da sé, o que esperamos que sua alteza mande fazer, se todavia êste sítio houver de ficar conosco." (36)

Temos aí mais três indicações de suma importânca para o nosso objetivo:

I Que a igreja começada havia três ou quatro anos ainda estava por acabar.

II Que ficava a poucos passos da sé, enquanto do outro lado todo o complexo se comprimia contra os muros.

III Que convinha transferir essa igreja para **a outra banda do sítio em que se achava** então, para a banda destinada para o colégio, por estar mais afastada da sé.

Antes do mais lembremo-nos de que esta é a segunda vez que Nóbrega se queixa da proximidade da sé: a primeira em 9 de agôsto de 49 e, agora, oito anos mais tarde.

Essas duas referências em têrmos iguais tem sido causa de confusões generalizadas entre os historiadores, que só têm na mente a segunda sé, enquanto Nóbrega, na primeira, só podia referir-se à Sé de Palha e, na segunda, à sé definitiva, que, em 1557, inacabada embora, já servia ao culto.

Perto daquela os jesuítas não conseguiram mais do que um terreno de dez braças de frente com fundos pela encosta abaixo e ali nunca fizeram igreja. Junto à sé do bispo Pedro Fernandes possuíam uma série de casas em quadra, tendo a maior delas 79 palmos de comprimento. (37)

Interessante é notar, através dos registros jesuíticos, o seu movimento inabalável em direção ao Terreiro, a sua meta desde a chegada. Não fôssem êles jesuítas!

---

36 — **Ibidem**; p. 266 .

37 — **Ibidem**; pp. 263—264.

O teso **logo além da cêrca**, de 1549, o teso **entre a Cidade e uma aldeia**, de 1550, tornara-se, em 1557, apenas **a outra banda do sítio**, do qual, então, já tinham a banda de cá. Já estavam firmemente estabelecidos no ambicionado teso, ao norte da sé, embora ainda comprimidos entre esta e os muros.

Podemos, assim, localizar com relativa exatidão a passagem do muro da Cidade pela Praça da Sé, em 1557.

Sabendo que as casas dos jesuítas estavam arrumadas em quadra e que a maior delas tinha 79 palmos; que, ao norte, se encostavam no muro, que as separava da outra banda do teso; e que, ao sul, ficavam a poucos metros da sé, podemos calcular a distância entre a sé e o muro norte em 22 a 25 metros. Devia, pois, o muro ficar à altura da parede lateral do arcebispado que se defronta com o Cinema Excelsior, atravessar a atual Praça da Sé e tomar depois a direção da Cidade. A porta norte estaria então na extremidade leste da praça, na antiga Rua do Colégio, pois a parte restante estava tomada pela sé.

Terá sido êsse, ao norte, o traçado primitivo?

Não é plausível, porque, como dissemos, se o terreno da sé definitiva e as suas adjacências estivessem dentro da cêrca desde o início, Nóbrega não teria nenhuma dificuldade em achar ali um lugar maior do que o contígüo à Sé de Palha, já que o conseguiu mais tarde, quando a população havia crescido e ainda depois de se reservar o chão da sé, de cuja construção ninguém cogitava antes da vinda do primeiro bispo.

E, não é plausível pelo que sabemos da igreja dos jesuítas.

Vimos que, a 9 de agôsto de 1549, Nóbrega, referindo-se ao teso do Terreiro, assim se expressa:

> "Nós, vindo agora o vigário (da Sé de Palha), nos passamos para lá (para o teso) por causa dos convertidos, onde estaremos, Vicente Rodrigues e eu... Faremos a **nossa** igreja, onde ensinemos os nossos novos cristãos e aos domingos e festas **visitarei a Cidade** e pregarei." (38)

Êste final: "e aos domingos e festas visitarei a Cidade" mostra claramente que a referida igreja se planejava fora dos muros.

---

38 — **Ibidem**; p. 38.

Em outra carta, datada de 6 de janeiro de 1550, volta a falar nessa igreja, situando-a entre a Cidade e uma aldeia. (39)

E outra não pode ser a que o P. Aspilcueta menciona em sua carta de 28 de março de 1550, dizendo que, ao chegar a segunda expedição de jesuítas, estavam terminando a igreja, porque não é admissível que estivessem construindo, no mesmo trecho, duas igrejas ao mesmo tempo. Aliás, em sua carta de 7 de agôsto de 1552, o P. Francisco Pires elimina qualquer dúvida. Escreve êle a certa altura:

> "Quanto à igreja que temos nesta Bahia até o presente **é a que fizemos em chegando a esta terra,** e por ser de taipa de mão e já estar mui danificada, vendo os moradores desta Cidade que não demoraria em cair e que sua alteza não a mandava fazer, determinaram todos, especialmente o governador, a fazer uma nova, parte dela de pedra e cal." (40)

Ora, todos hão de convir que, se os jesuítas não tiveram, até agôsto de 1552, outra igreja do que aquela que fizeram em 1549, é claro que se trata da que fôra principiada por Nóbrega fora da Cidade, que se arruinava em 1552 (41) e da qual Tomé de Sousa e os moradores iniciaram a reconstrução, a despeito de, então, também se começar a erguer a sé.

A essa reconstrução parcial, iniciada de 52 para 53, se referirá Nóbrega, em 1557, quando diz:

> "Uma igreja temos principiada há três ou quatro anos e, por esperar recado del rei .... não se acabou ....
> Determinamos cobrí-la como quer, porque esperamos ao diante não haver de servir de igreja por algumas razões. Uma é porque a nossa possibilidade, como digo, não nos deixa fazê-la como convém para igreja; a outra é que esta casa está tão pegada com a sé, que, por manso que falem, se ouve em uma igreja o que se faz na outra ...." (42)

---

39 — **Ibidem**; p. 71.

40 — **Leite, P. Serafim** —; **Cartas dos Jesuítas do Brasil**; vol. I p. 399. Comp. p. 355.

41 — **Nóbrega P. Manuel da** —; **Opera Omnia**; p. 126.

42 — **Idem, ibidem**; p. 266.

Destas referências esparsas ressalta claramente que a igreja do teso, a igreja situada em 1549 e 50 entre a Cidade e uma taba, em 1557, segundo o mesmo P. Nóbrega, **aparece dentro dos muros**.

Como a igreja não havia saído do lugar, só cabe uma explicação: **deslocara-se o cinto setentrional da Cidade, entre 1550 e 1557**.

Desta vez a fé não transportou a montanha, mas levou o muro ao teso.

Ao ver-se diante de duas afirmações aparentemente contraditórias do P. Nóbrega, a primeira apoiada pelo cronista da província, Simão de Vasconcelos, situando a igreja dos jesuítas com as suas dependências do lado de fora da Cidade, e, a outra, declarando-as envolvidas pelo muro, o P. Serafim Leite pronunciou-se a favor da última, **ipso facto** pondo em dúvida a primeira. (42A)

Ora, não é lícito em história aceitar ou rejeitar a nosso bel-prazer um de dois testemunhos igualmente claros de uma personagem reconhecidamente fidedigna. Se nelas houver contradição, a única alternativa franqueada ao interpretador é admitir a mudança das condições primitivas. É onde falhou o critério histórico do P. Serafim Leite.

Com a construção da Sé a situação urbana de 1552 já não era a de 49. A expansão natural e à ânsia dos jesuítas em direção ao norte juntara-se uma fôrça nova: o primeiro bispo, exigente, bafejado pelo rei e disposto a levar a sua igreja também para além dos lindes.

Nessas circunstâncias, não podendo deixar a Cidade desligada da sua matriz, o governador, autorizado pela Metrópole, terá mandado transpor o muro, cercando a parte do teso com a sé e o estabelecimento dos jesuítas provàvelmente de conformidade com a sugestão do próprio mestre Luís Dias.

E, assim, Nóbrega, dando duas informações incoerentes na aparência, tem razão em ambas, porque a sua igreja, que estava fora dos muros em 49, veio a ser incorporada à Cidade por efeito do seu alargamento anterior a 1557. É a única interpretação concorde com as fontes originais ao nosso dispor.

---

42 A — **Idem, ibidem**; p. 38.

Leite, P. Serafim —; **Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil**; vol. I. p. 158, nota 7.

Idem; **História da Comp. de Jesus no Brasil**; vol. I. pp. 47—48.

Essa igreja que os jesuítas fizeram em chegando à Bahia e que, em agôsto de 1552, estava mui danificada, segundo o depoimento do P. Francisco Pires, (43) tem sido confundida por alguns com a Sé de Palha. O engano salta aos olhos, quando se presta a devida atenção à cronologia dos fatós.

Já em 9 de agôsto de 1549 aguardava Nóbrega a vinda do vigário da Cidade. Sabemos que, pelo menos em outubro de 1549, estava êle em suas funções. (44) Em 22 de junho do mesmo ano de 52 chegou o bispo, e, em agôsto seguinte, o tesoureiro da sé vinha exercendo o seu cargo. (45)

Ora, não é possível que, na mesma ocasião, os jesuítas chamassem **sua** e quisessem consertar uma igreja onde nada tinham que ver. Demais, Nóbrega e os seus companheiros nunca se referem à primeira sé chamando-a **sua** igreja.

Reparem a quão pouco se restringem os depoimentos com os quais contamos para a nossa argumentação. Entretanto, ninguém se admire da escassez de pormenores sôbre o início e a rapidez da expansão urbana.

Tôda a documentação direta se perdeu e tudo o que sabemos da primitiva Cidade Alta, ou nos veio através da crônica de Gabriel Soares de Sousa, ou tem de ser obtido por meio de laboriosas deduções. Ora, no que diz respeito aos muros de Tomé de Sousa, Gabriel Soares confessa que já não achou quem lhe pudesse dar notícias fidedígnas, apenas vinte anos depois de feitas!

Do mestre de obras Luís Dias, cujos apontamentos resolveriam tôdas as dúvidas, possuímos tão sòmente duas cartas, de julho e agôsto de 1551, uma delas, por cúmulo, ainda muito truncada. (46)

São ambas pobres em subsídios diretos para a nossa indagação. Ficamos sabendo pela primeira que a porta de Santa Catarina estava ligada pelo muro à estância de São Jorge, sôbre o mar.

---

43 — **Leite, P. Serafim** —; **Cartas dos Jesuítas do Brasil**; vol. I. p. 399.

44 — **Documentos Históricos**; vol. 37, p. 96 e pp. 167—69 do vol. 35.

45 — **Ibidem**; vol. 38; p. 65.

46 — A primeira, de 13 de julho de 1551, foi publicada nos **Anais da Biblioteca Nacional**, vol. 57, pp. 20—28. A outra, de 15 de agôsto do mesmo ano, consta do III vol. pp. 262—263, da **História da Colonização Portuguêsa do Brasil**.

Examinando bem a conformação da encosta, desde a Praça da Sé até o Elevador Lacerda, a estância de São Jorge devia ficar em qualquer ponto da atual Praça de Tomé de Sousa. O Belvedere da Sé não entra em cogitação, por achar-se fora dos muros. A encosta da Praça de Tomé de Sousa é mais saliente e a estância ali erigida protegia bem a extremidade setentrional da Ribeira do Góis, o que, provàvelmente, foi a principal senão a sua única finalidade.

Como a estância de São Jorge se ligava pelo muro à porta de Santa Catarina, esta devia situar-se aquem da profunda depressão que separava o teso do Terreiro da Praça de Tomé de Sousa e que, ainda hoje, é bem visível de ambos os lados do viaduto, a despeito do entulhamento que terá sofrido ao nivelarem inicialmente a área agora ocupada pela Praça da Sé. Não é crível que o muro atravessasse o fôsso de inegável valor estratégico como anteparo dêle.

A esquina da Biblioteca Pública, se não corresponde, pois, exatamente ao local da primeira porta de Santa Catarina, não podia ficar longe dela, naturalmente de acôrdo com a conformação do terreno e do traçado do muro. Não há como fugir dessa conclusão.

Surpreendente é a coincidência entre o primitivo perímetro urbano, sugerido pelos documentos até aqui compulsados, e o da cidadela de Leonardo Turriano, que vem assinalado todo em volta por um traço vermelho na planta da Cidade do Salvador do **Livro que dá Razão do Estado do Brasil** (46A). Tão surpreendente, com efeito, que, sendo Turriano engenheiro-mór do Reino e tendo como tal à sua disposição tôdas as plantas existentes desde a fundação, Teodoro Sampaio parece não ter hesitado, nos apontamentos para a sua História da Fundação da Cidade do Salvador (46 B), em considerar o circunvalado da Cidadela idêntico ao da cidade de Tomé de Sousa ou mesmo inspirado por êste.

Pensar que Teodoro Sampaio reproduziu a respectiva parte da planta por inadvertência é fazer imperdoável injustiça ao mestre, cujos rascunhos estão visivelmente superados, aqui e ali incompletos, como êle mesmo não se cansava em afirmar.

Coincidência ou não, o fato é que, meio século depois da fundação, com a população dez vêzes maior e familiarizada com o meio, o engenheiro-mor do Reino ainda sugere como único reduto fàcilmente

---

46 A — **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**; Edição Crítica de **Hélio Viana**; Recife, 1955; p. 91 a 141.

46 B — **Sampaio, Teodoro** —; **História da Fundação da Cidade do Salvador**; Edição Póstuma; Bahia, 1949; pp. 184 a 185.

defensável, em caso de ataque, tão sòmente aquêle sítio que os documentos indicam ter sido a fortaleza de Tomé de Souza. Realmente singular.

Mesmo assim não cremos que Teodoro Sampaio, embora cale a respeito, tenha partido para a sua tese do texto e mapa do Livro que dá Razão do Estado do Brasil. Ninguém que saiba ler o faria e Teodoro Sampaio foi tão escrupuloso quão profundo em seus estudos do nosso passado. É disso prova a História da Fundação, que, enquanto vivo, ficou inédita, por não a julgar em condições de ser dada ao prelo.

A despeito da inegável autoridade de Leonardo Turriano, muitos acham o recinto entre a Praça de Castro Alves e a Biblioteca Pública por demais exíguo, mesmo para o reduzido número de pessoas que vieram com Tomé de Sousa, das quais, não o esqueçamos, muitas moravam na Ribeira do Góis e fora da Cidade.

Essa impressão não é nova. Parece até que a mesma opinião já fôra manifestada na côrte de D. João III e transmitida ao mestre das abras, Luís Dias, porque êste, como para justificar o acanhado perímetro da sua planta, escreve a Miguel de Arruda, mestre geral das fortificações do reino, lugares d'além mar e Índias, (47) entre outras cousas o seguinte:

> "Muitas casas se podem fazer nestas ladeiras, se isto houver de ir avante, ... e...... da banda do mar, digo da Ribeira do Góis até os armazens novos há muitos (chãos) e há de oito braças de largo até o pé da ladeira, onde se podem fazer muitas casarias." (48)

É deveras melancólico, na sua descrença do futuro da Cidade do Salvador, o fundamento do reduzido contôrno urbano que alega o velho mestre de obras.

Na Cidade Alta, a julgar pela sua exclusão da justificativa, parece que, de fato, não havia terreno disponível; porém, e aí vem o decepcionante trunfo do construtor:

---

47 — **Sousa Viterbo — Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos, Engenheiros, etc.**, Vol. I, p. 73.

48 — **Carta**; **Anais da Biblioteca Nacional**; vol. 57, pp. 25.

> Muitas casas se podem fazer nestas ladeiras, isto é, nas encostas; e, na Ribeira do Góis, entre o mar e os armazens novos há muitos chãos, até de **oito braças** de largo ao pé da ladeira (da Conceição), onde se podem fazer muitas casarias.

Mesmo que não dispusessemos do depoimento de Nóbrega, excluindo o teso do Terreiro do perímetro urbano inicial, haverá alguém que, em sã consciência, possa admitir a sua inclusão desde 49, depois de tal desculpa de Luís Dias, alegando como únicos terrenos baldios da cidade nascente os da encosta e da minguada faixa praiana até o pé da Ladeira da Conceição, quando, no fim do século, a população decuplicada ainda cabia naquela área sem maiores apertos?

Pensamos que não.

E, por que se achariam todos êsses poucos chãos disponíveis bem defronte do corpo da cidade, que se estende entre as praças de Castro Alves e de Tomé de Sousa?

Entretanto, todo o pessimismo e tôda a cautela inicial de homem experimentado não exclui que, a pedido da côrte, tenha Luís Dias remetido nova planta com as suas sugestões para a primeira ampliação da área fortificada, que certos passos das cartas jesuíticas insinuam e que vemos realizada em 1557.

Embora muito vagos, ouçamos dois trechos referentes a essa nova planta do mestre de obras:

> "Pelo galeão São João vieram cá uns apontamentos de V. Alteza para o governador Tomé de Sousa, os quais mandava que visse comigo, aos quais eu satisfiz e respondi a êles conforme ao que V. A. mandava e logo despedi de cá um sobrinho meu, muito bom oficial ....
>
> Sucedeu perder-se êste galeão em Pernambuco ē o meu sobrinho meteu-se em outro navio e ia com as amostras para V.A.
>
> Temos cá por novas que também se perdeu, de maneira que, nem V.A. (terá) as amostras, nem nós cá teremos a resposta que delas esperávamos.

> Pelo que determinei que um navio, que dos Ilhéus ia para lá, por onde o governador e todos os oficiais de V.A. lhe escrevem, fazer eu mesmo em lhe mandar de novo amostras (truncado) cidade, conforme a como por V.A. e por seus apontamentos (truncado) mandado pedir, e eu a mando lá com os papéis do governador (truncado) a vê-lo e ordenará o que seu serviço fôr. Pelo (truncado) portador que se perdeu escrevia a V.A. desta sua obra e (truncado) muros da cidade..." (49)

Na carta anterior a Miguel Arruda já havia referido o mesmo assunto e nela diz mais:

> "Estas cartas e estas amostras vão neste navio por via dos Ilhéus e quão tivermos outro navio irá a segunda via em quantos navios de cá partirem, até quarta via hei de mandar amostras para ver se chegará lá alguma, porque êste ano de cinqüenta se perderam cinco ou seis naviõs com os que tomaram os franceses." (50)

Como vemos, com apenas dois anos de fundada, já se cogitava de reformas de certo vulto na arrumação da fortaleza, por sugestão do próprio rei e do mestre das fortificações do reino.

Infelizmente, não sabemos em que consistiam; mas, a julgar pelas explicações de Luís Dias, acima transmitidas, tratava-se de remediar a sua excessiva constrição inicial.

Temos, entretanto, um indício de que, finalmente, a planta chegou ao reino; que incluia nas reformas o recuo dos muros ao norte e que da metrópole vieram instruções num dos navios de 1552. Êsse indício está na mudança do comportamento de Tomé de Sousa. De ferrenho opositor que, naturalmente por ordem superior, sempre fôra da segregação dos jesuítas da Cidade, os quais, por isso mesmo, fizeram a sua igreja sem ajuda alguma, — de 1552 para 53, Tomé de Sousa é o primeiro com quem os jesuítas contam para o seu consêrto. (51)

---

49 — **Carta de Luís Dias, de 15 de agôsto de 1551**; in: **História da Colonização Portuguêsa do Brasil**; III. pp. 362—363.

50 — **Carta de Luís Dias, de 13 de julho de 1551**; in: **Anais da Biblioteca Nacional**; Vol. 57; p. 24.

51 — **Leite, P. Serafim —**; **Cartas dos Jesuítas do Brasil**; Vol. I, p. 399.

Por que essa mudança, se mesmo em 57 continuavam em vigor as disposições do rei a respeito dessa permanência intramuros do colégio e dependências?

A explicação mais plausível é que o pequeno complexo dos jesuítas estava em via de ser incorporar à Cidade por efeito da transposição do muro.

Recapitulemos agora, à guisa de conclusões, o resultado, pelo menos aparente, do nosso enredado estudo.

I As primeiras igrejas da cidade fundada por Tomé de Souza foram, por ordem cronológica:

A da Conceição da Praia,

a igreja do Salvador ou Sé de Palha, na bôca do povo,

a dos jesuítas no teso do Terreiro e, finalmente,

a sé definitiva do Salvador, de pedra e cal.

A Sé de Palha nunca foi dos jesuítas, ainda que nela oficiassem a título precário.

Ao contrário do que tanto apregoa Serafim Leite, nenhuma referência existe, nem podia haver, à igreja da Ajuda antes da mudança da sé, já que só ulteriormente poderia tomar-lhe o lugar. (52)

Em nenhum documento primário achamos alusão à tal igreja jesuítica no Monte Calvário (Carmo), mencionada na claudicante **História da Fundação do Colégio da Bahia** (53) e admitida por Serafim Leite. (54)

O P. Francisco Pires dá-lhes o mais categórico desmentido, (55) já que lhes não bastou o testemunho do P. Nóbrega, que só fala em **casa.**

---

52 — **História da Companhia de Jesus no Brasil**; vol. I; pp. 22-25.

53 — **Anais da Biblioteca Nacional**; vol. 19; p. 78.

54 — **História da Comp. de Jesus no Brasil**; vol. I; p. 24.

55 — **Leite, P. Serafim** —; **Cartas dos Jesuítas do Brasil**; vol. I; p. 399.

II O primeiro recinto da Cidade exclui de fato o teso da Sé ou do Terreiro, por informação expressa do P. Nóbrega, corroborada pelo P. Francisco Pires. (56)

III Assim sendo, a primeira porta de Santa Catarina devia ficar mesmo ao pé do edifício da Biblioteca Pública, porque, de forma alguma, o muro que a ligava à estância de São Jorge passaria por dentro da funda depressão que separava a praça do teso da Sé.

IV Ao tempo em que se construio a sé, o muro setentrional deve ter sido transposto para a parte meridional do teso, pois, em 1557, envolvia, não apenas a sé, mas também a igreja que os jesuítas possuiam no local, desde 49, e as casas que, entrementes, se lhe haviam agregado.

O muro devia então atravessar a atual Praça da Sé de oeste a leste, à altura da parede lateral do palácio arquiepiscopal que olha para o Cinema Excelsior. A segunda porta de Santa Catarina devia estar situada no extremo leste da praça.

Nenhuma notícia explícita dêsse alargamento da Cidade se encontra em qualquer documento conhecido.

V Com a transferência do muro para o teso ter-se-á cuidado da comunicação entre a Praça de Tomé de Sousa e a sé pelo tulhamento da grota, a fim de dar passagem à rua na direção mais conveniente.

Que a sé foi localizada antes da abertura da Rua da Misericórdia vê-se claramente na maneira por que esta lhe desembocava no flanco liso, com apenas uma porta de emergência assimètricamente aberta do lado esquerdo da rua.

Só algum tempo depois de estabelecida essa comunicação é que a Santa Casa da Misericórdia se deve ter consolidado no ponto que ocupa, em terreno mais acanhado, porque repugna acreditar que o bispo Sardinha, com o gênio que lhe conhecemos, permitisse que lhe fechassem à catedral o adro e o portal da forma incrível por que, ao depois, se nos apresenta.

---

56 — **Idem, ibidem.**

VI Em conseqüência das renhidas guerras movidas aos índios por Mem de Sá e da constante expansão da Cidade, os muros tornaram-se inúteis e desapareceram dentro de poucos anos sem deixar vestígios. Gabriel Soares já os não encontrou, em 1569.

VII As novas defesas levantadas no fim do século dezesseis, por Francisco de Sousa, a não ser as impostas pela conformação do terreno. Passavam no Pelourinho, porque o casario cobria então parte do Terreiro de Jesus, pois no correr de meio século, a população já havia decuplicado.

Eis, prezados confrades, o que pudemos respigar, aqui e ali, e as conclusões que a criteriosa análise dêsse material nos impôs.

Se o resultado não corresponder à vossa expectativa, valha pelo menos a nossa boa vontade.

Bahia, nas vésperas do dia da Cidade, 1958.